

CONTRATO CEDAE Nº 028/2018 (DH)
que entre si celebram a **COMPANHIA**
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS -
CEDAE - e a FEDERAÇÃO DAS
EMPRESAS DE TRANSPORTES DE
PASSEIROS DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO - FETRANSPO.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE-**, sociedade de economia mista sediada na Av. Presidente Vargas, n. 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato através de seu Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e de sua Diretora de Gente e Gestão, Srª. KELLY CRISTINE OLMO PINHEIRO, doravante denominada **CONTRATANTE (CEDAE)**, e de outro, a **FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FETRANSPO**, situada na Rua da Assembleia, 10, 33º andar, sala 3311 e 39º andar, salas 3901 a 3910, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.747.288/0001-11, neste ato através de seu Presidente Executivo ao final assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato no **Processo Administrativo nº E-07/100.609/2017**, mediante Inexigibilidade de Licitação nº 001/2018 (DH), com fundamento no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, pela qual se regerá, bem como pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e pelos Decretos nº 3.149/80 e 21.081/94, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. A presente contratação se destina à "**AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE PARA OS EMPREGADOS DA CEDAE**" para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal com características semelhantes aos urbanos, excluídos os serviços seletivos e os especiais, junto a **FETRANSPO**, nas regiões do Grande Rio, Metropolitana e baixada fluminense.

1.2. A tabela de beneficiados e o quantitativo estimados do serviço encontram-se respectivamente às fls. 39 a 64 e fl. 66 do Processo Administrativo E-07/100.609/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



- 2.1.** Manter todas as condições relativas à regularidade jurídica e com a previdência social, durante todo o período deste Contrato.
- 2.2.** Fornecer a requisição de vale-transporte, consensualmente aprovada pelos Contratantes, de modo a atender as necessidades de ambos.
- 2.3.** Manter sigilo acerca das condições deste contrato, de dados processados, inclusive documentação.
- 2.4.** A **CONTRATADA** será a única e exclusiva responsável por todos os atos e trabalhos executados pelo seu pessoal relativos ao fornecimento de vale-transporte, cabendo-lhe responsabilizar-se civilmente, providenciando o reparo de qualquer dano provocado, quer por culpa ou dolo, por ação de qualquer omissão de seus funcionários.
- 2.5.** A **CONTRATADA** deverá disponibilizar junto à **CONTRATANTE (CEDAE)**, funcionário gestor do contrato e representante junto à Administração para o controle e gerenciamento da execução do contrato.
- 2.6.** Disponibilizar para a **CONTRATANTE (CEDAE)** tabela atualizada constando os valores unitários das tarifas relativas aos diversos municípios do estado do Rio de Janeiro.
- 2.7.** Manter disponível, somente para o funcionário da **CONTRATANTE** que tenha o seu CPF vinculado ao RIOCARD, o acesso mediante login e senha individual ao site da RioCard, que conterá informações sobre o uso do cartão de sua titularidade, incluindo o saldo dos créditos do respectivo cartão não utilizado no período.
- 2.8.** Emitir os cartões e os respectivos créditos dentro dos valores solicitados pela **CONTRATANTE (CEDAE)**.
- 2.9.** O fornecimento dos cartões e seus créditos serão efetuados nos seguintes prazos:
- a) Fornecedor da 1ª via do cartão: **07 (sete) dias úteis** a partir da solicitação via sistema e pagamento da recarga mínima exigida;
 - b) Fornecedor de crédito para o mês antecipado: **72 (setenta e duas) horas** após confirmação do pagamento pelo banco;



[Handwritten signature]

- c) Fornecimento de crédito a partir de bolsa de crédito: **48 (quarenta e oito) horas** após confirmação de pedido via sistema;
- d) Estorno de cartão: retorno em **48 (quarenta e oito) horas** após entrega do cartão com lista e carta à **CONTRATADA**;
- e) Cancelamento de cartão por perda/roubo/extravio/quebra: **imediato**, a contar da solicitação feita à Central de Atendimento ao Cliente, tel: 2127-4000, nos casos de cartão empresa/empresa usuário ou portador. A garantia do crédito pela FESTRANPOR somente ocorrerá após 48 horas da realização do cancelamento;
- f) Estorno de crédito residual do cartão cancelado por perda/ roubo/ extravio/ quebra: **05 (cinco) dias**.

2.10. Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (CEDAE)

3.1. Emitir Requisição de Vale-Transporte e Boleto de Pagamento, apresentando-a(s) à **CONTRATADA**, discriminando o período a que se refere a cobrança e a respectiva quantidade de vales transportes, o número e o objeto do respectivo Contrato, de acordo com estabelecido no subitem 1.1. deste Instrumento.

3.2. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** no prazo estabelecido neste Contrato.

3.3. Fiscalizar a execução deste Contrato e subsidiar a **CONTRATADA** com informações necessárias ao fiel e integral cumprimento contratual.

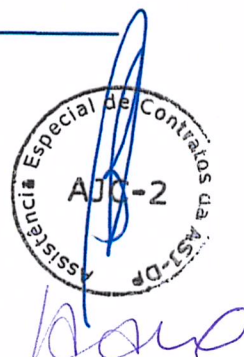
3.4. Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência que interfira no fornecimento regular.

3.5. Tratar sobre os assuntos relativos à execução dos serviços diretamente com os representantes da **CONTRATADA** (Gestores do Contrato), os quais ficarão encarregados de gerenciar e transmitir aos seus funcionários as diretrizes para o correto desenvolvimento dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



4.1 As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício financeiro de 2018, assim classificadas:

Programa de trabalho: 2200026034
Fonte de Recurso: 10
Código Orçamentário: 33903943
Centro de Custos: DH00000000
ID Reserva: 2018000669

4.2. As despesas relativas ao exercício subsequente correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início do próximo ano.

CLÁUSULA QUINTA: VALOR DO CONTRATO:

5.1. O valor desta contratação é estimado em **R\$ 11.768.320,71 (onze milhões, setecentos e sessenta e oito mil, trezentos e vinte reais e setenta e um centavos)**, conforme tabela abaixo:

FETRANSPOR	
Previsão de gasto para 12 (doze) meses	R\$ 11.768.320,71
Previsão de gasto mensal	R\$ 980.693,39
Empregados a serem contemplados	2291
Média de dias úteis por mês	22
Média de gasto mensal por empregado	R\$ 428,06
Valor médio diário gasto por empregado	R\$ 19,45

CLÁUSULA SEXTA: DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

6.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da CEDAE. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

6.3. O representante da **CONTRATANTE (CEDAE)**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder a sua competência comunicará o fato à autoridade superior em 10 (dez) dias, para ratificação.

6.4. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização na aquisição de Vale-Transporte, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos e explicações esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

6.5. O Valor Total desta contratação é apenas estimado, não importando em direito subjetivo para a **CONTRATADA**, podendo variar dentro dos limites do valor empenhado, em razão do aumento de tarifas, de feriados, de eventuais contratações ou demissões e demais ajuste que vierem a ser feitos no quadro de pessoal.

6.6. No valor estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, obrigatórios ou necessários à composição do preço do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

7.1. A presente contratação vigorará pelo prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da ordem de início que vier a ser emitida pela **CEDAE**, devendo esta ordem ser posterior à publicação do ato ratificador desta contratação na Imprensa Oficial do Estado.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

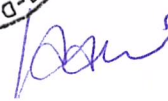
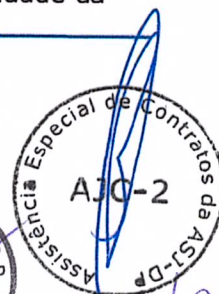
8.1. Os pagamentos serão efetuados à vista, mediante Requisição de Vale-Transporte/Boleto de Pagamento, na Conta Corrente da **CONTRATADA**, a ser por ela indicada.

8.1.1. A data da Requisição de Vale -Transporte ou do Boleto de Pagamento devem ter vencimento preferencialmente: do dia 10 a 25.

8.2. As Requisições de Vale-Transporte ou Boletos de Pagamentos para aquisição dos créditos eletrônicos serão emitidos/gerados por meio da "Internet" sob a responsabilidade e orientação da **CONTRATADA**.

8.3. A **CONTRATANTE**, após o recebimento da Requisição de Vale-Transporte / Boleto de Pagamento, não deverá exceder o prazo máximo de **05 (cinco) dias** para realização pagamento.

8.4. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à **CONTRATANTE (CEDAE)**, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da



CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação, especialmente no que se refere à não entrega da Requisição de Vale-Transporte/ Boleto de Pagamento nos prazos avançados.

8.5. Correrão por conta da **CONTRATADA** o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito.

8.6. O valor deste contrato poderá ser suplementado através de termo aditivo sempre que ocorrer, por força de dispositivo legal, o reajustamento das tarifas de ônibus, não se configurando a referida alteração no acréscimo quantitativo descrito pelo art. 65, §1º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA- DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

a) Unilateralmente, pela **CONTRATANTE (CEDAE)**, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites contratuais.

b) Por acordo entre as partes, quando:

b.1) necessária a modificação do quadro número funcionários, bem como do modo ou cronograma do fornecimento dos vales, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b.2) necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado;

b.3) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da **CONTRATANTE (CEDAE)** para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

9.2. As alterações serão procedidas mediante Termos Aditivos que farão parte deste Contrato, como se nele estivessem transcritos.



Handwritten signature

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar a Administração Pública Estadual direta e indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes federativos.

10.1. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

10.2. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

10.3. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante.

10.4. A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" serão impostas pelo Ordenador da Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

10.5. A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual direta e indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

10.6. A aplicação da sanção prevista na alínea "d" é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

10.7. A multa administrativa, prevista na alínea "b", observará o seguinte:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;



- ii) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- iii) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- iv) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- v) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

10.8. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, previstos na alínea "c", observará o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

10.9. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, prevista na alínea "d", perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

10.10. A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

10.11. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) sobre cada dia útil que exceder ao prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa rescisória e demais sanções administrativas.

10.12. Se o valor das multas previstas na alínea "b", e no item anterior, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

10.13. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

10.14. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado a qual indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da

penalidade, assim como a penalidade que se pretender imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

10.15. Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

10.16. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

10.17. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c" desta cláusula, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

10.18. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

10.19. Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e com a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

10.20. As penalidades impostas serão registradas pelo no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

10.21. Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação da penalidade citada na alínea "d" desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. A CEDAE poderá pretender a rescisão amigável da presente contratação se a sua extinção lhe for conveniente, fazendo-o nos termos do art. 79, inciso II da Lei 8.666/93; ou efetuar a rescisão unilateral quando verificada algumas das situações previstas nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93.

11.2. Os casos de rescisão unilateral serão apurados nos autos do processo administrativo, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à defesa prévia.

11.3. O ato de rescisão unilateral somente será proferido após ter sido concedido o direito de defesa à **CONTRATADA**, produzindo efeitos a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial.

11.4. Na hipótese de rescisão unilateral, além das sanções cabíveis na cláusula anterior, poderá a **CEDAE**:
a) cobrar da **CONTRATADA** multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato;
e b) cobrar indenização suplementar, acaso verificado prejuízo superior ao valor da multa aplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1. Não havendo expediente na **CONTRATANTE (CEDAE)** no dia do pagamento ou de outro evento, a data para o adimplemento da obrigação será prorrogada para o primeiro dia útil imediato.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

13.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

14.1. O ato que ensejou a presente contratação foi ratificado pela autoridade competente e publicado na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 04 de Junho de 2018, em atenção ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

14.2. Para fins de publicidade, o extrato do contrato será publicado pela **CEDAE** na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

14.3. Após a publicação, uma cópia deste contrato deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para cumprimento da Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

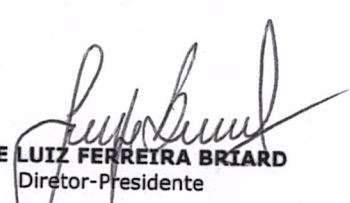
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO DE ELEIÇÃO

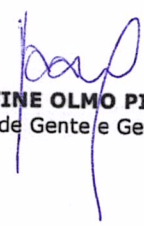
15.1. Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 06 de Agosto de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor-Presidente


KELLY CRISTINE OLMO PINHEIRO
Diretora de Gente e Gestão

Pela **CONTRATADA**:


Presidente Executivo
FETRANSPOR

TESTEMUNHAS:

1) GILSON SANTOS DE SAUS (756.354.967-68)

2) _____
contr-FETRANSPOR-aquisição-vales-transportes-IL-001-2018-VB

DE 30.07.2018

PROCESSO Nº E-07/002.12612/2017 - INDEFIRO o requerimento de Autorização Ambiental de Funcionamento, em nome da CICLUS AMBIENTAL DO BRASIL S.A., com base nos termos do parecer técnico GELANI-AFF-05/18 Nº 18/2018, e na decisão do Conselho Diretor do INEA em sua 43ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, bem como nos demais elementos constantes nos autos do processo em referência.

Id: 2125669

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 24/05/2018

DESIGNA GUARACINEA GOMES DE MATOS SILVA, Agente Administrativo E, como Presidente, **VICENZO RAMUNDO SANTORO**, Agente Administrativo C e **DEMISE DE SOUZA BARROSO**, Agente Administrativo A, como membros titulares e **ELISABETE NUNES PURY FEITOSA**, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos e **ANDREA CONCEIÇÃO FERREIRA MARTINS**, Agente de Saneamento H, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "AQUISIÇÃO DE VALES TRANSPORTES - FETRASTRANS", de que trata o Processo nº E-07/100.609/2017. Ordem de Serviço "E" nº 15.146/2018.

Id: 2125520

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DA PRESIDENTE

DE 14/08/2018

DESIGNA para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato 001/2018, firmado entre este ITERJ e a Empresa TELEMAR NORTE LESTE S/A, que tem como objeto do presente contrato a prestação de serviços relacionados a Serviços de Telefonia Fixa Comutada STFC Termo de Referência oriundo da Ata de Adesão ao Registro de Preços - Pregão Eletrônico nº 001/2018 - PRODERJ, PA nº E-26/011/175/2017, devidamente instruídos no Processo Administrativo ITERJ nº E-19/014/199/2018, os servidores **JOSE JEOVAN DOS SANTOS**, cargo: Técnico Assistente, ID Funcional 056269-4, **ANTONIO CARLOS VIOLA MACHADO**, cargo: Técnico Assistente, ID Funcional 0641043-0, **PAULO LOPES DA CUNHA**, cargo: Secretário, ID Funcional 4400909-7.

Id: 2125564

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE

DE 13.08.2018

PROCESSO Nº E-07/020/143/2018 - No uso da competência delegada pelo Exmo. Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro/RJ datado de 07/11/2011, e tendo em vista o parecer da d. Assessoria Jurídica das fls. 17, 18, 19, 20, com base no inciso II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.866/93, **AUTORIZO** a Dispensa de Licitação, para aquisição de 200 (duzentos) rolos de papel para Plotter, em favor da Empresa Print e Com.70 Comercial e Serviços no valor de R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais), que correrá por conta do Programa de Trabalho 2433.21.631.3019.2712. Elemento da Despesa 339039-05. Fonte de Recursos 122180022. do Orçamento em vigor.

Id: 2125548

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DA PRESIDENTE

DE 08.08.2018

PROC. Nº E-07/020/100611/2018 - **MÁRCIA ELAINE DOS REIS**, Assistente Executivo, ID Funcional 4436186-6, De acordo com o disposto no artigo 129 do Decreto nº 2.479, de 08/03/1979, **CONCEDO** 03 (três) meses de Licença Prêmio relativa ao período base de 01/11/2012 a 30/10/2017.

Id: 2125461

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ATO DO SECRETÁRIO DE 25.07.2018

APOSENTA a servidora **ELIQUA MESQUITA CATRAIO**, Agente de Atividades Agropecuária, 2º G. XI, do quadro complementar da Lei nº 5772/2010, ID Funcional nº 20230320/1, matrícula nº 198.519-1, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, Processo nº E-02/007/000646/2018.

Id: 2125549

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 31.07.2018

PROCESSO Nº E-02/007/100644/2018 - **VALDIR ALVES DE CASTRO**, Matrícula nº 1933652-7 - **CONCEDO** o Auxílio Funeral.

Id: 2125542

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE DE QUALIDADE DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS INDUSTRIALIZADOS

DESPACHOS DO COORDENADOR DE 19.07.2018

PROCESSO Nº E-02/001/007171/2015 - Auto de Multa 48/2018, datado de 19.07.2018, contra **JOSE FLAVIO MARTINS COM. IND. LATICÍNIOS E ALIMENTO**, **FICANDO** o infrator ciente que, a partir desta publicação, terá o prazo de 30 dias para efetuar o pagamento e comprová-lo junto à CCQPAI, após o qual será inscrito na Dívida Ativa do Estado.

PROCESSO Nº E-02/001/007224/2015 - Auto de Multa 47/2018, datado de 19.07.2018, contra **JOSE FLAVIO MARTINS COM. IND. LATICÍNIOS E ALIMENTO**, **FICANDO** o infrator ciente que, a partir desta publicação, terá o prazo de 30 dias para efetuar o pagamento e comprová-lo junto à CCQPAI, após o qual será inscrito na Dívida Ativa do Estado.

Id: 2125553

Secretaria de Estado de Cultura

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEC Nº 748 DE 16 DE JULHO DE 2018

INSTITUI a COMISSÃO ORGANIZADORA DA I CONFERÊNCIA ESTADUAL DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Rio de Janeiro (PELLLB-RJ) é uma iniciativa da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, por intermédio da Superintendência da Leitura e Conhecimento e do Sistema Estadual de Bibliotecas, que tem como objetivo implementar uma política pública de democratização do acesso ao livro, à leitura e à escrita para a formação de leitores;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Organizadora da I Conferência Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado do Rio de Janeiro que será composta por 06 (seis) integrantes, sendo 03 (três) representantes do Governo e 03 (três) representantes da Sociedade Civil, tendo como seu Coordenador o Superintendente de Leitura e Conhecimento da Secretaria de Estado de Cultura, conforme abaixo:

REPRESENTANTES DO GOVERNO

ANDREA SEVERO OLIVEIRA - ID 5088457-3
JORCIMAR PATRÍCIO SILVA - ID 5089724-1
ALCÍMARIO SOARES DA COSTA JÚNIOR - ID 557305-0

Id: 2125167

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

BARBARA CORTESE CALDAS - CPF 263.700.628-55
RODNEY CEZAR DE ALBUQUERQUE - CPF 036.487.507-04
FLAVIO SILVA CORREIA DE MELLO - CPF 045.460.807-19

Art. 2º - A presente Comissão Organizadora da I Conferência Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado do Rio de Janeiro, terá as seguintes atribuições:

a) Elaborar o Regimento Interno da I Conferência Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado do Rio de Janeiro;

b) Elaborar a programação da I Conferência Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de realizar debates sobre os objetivos, metas, diretrizes e recomendações do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado do Rio de Janeiro - PELLB RJ;

c) Definir e convidar os participantes oriundos das discussões das etapas regionais das Plenárias do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado do Rio de Janeiro, do Fórum do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas da Sociedade Civil e, outras instâncias vinculadas a Literaturas e Bibliotecas no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 2018

LEANDRO SAMPAIO MONTEIRO

Secretário de Estado de Cultura

*República por incorreção no original publicada no D.O. de 19/07/2018.

Id: 2125340

Secretaria de Estado de Turismo

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SETUR Nº 182 DE 27 DE JULHO DE 2018

DESIGNA GESTOR E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TURISMO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante do Processo nº E-05/003/258/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Gestor e Comissão de Fiscalização do Instrumento Contratual nº 003/2018, celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Turismo e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme a seguir:

Gestor:

MARCOS PAULO BARBOSA FERRAZ - ID 50325000

Comissão de Fiscalização:

MARIA JOSÉ DA SILVA - ID 2012534-8

MATHEUS KNAUER NEVES - ID 50748666

ELIZABETH AGOSTINHO CORDEIRO - ID 4347385-7

Art. 2º - Cabe ao Gestor e a Comissão de Fiscalização os atributos contidos no Decreto nº 45.600/2016.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de julho de 2018.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2018

NILO SERGIO FELIX

Secretário de Estado de Turismo

Id: 2125545

SUBSECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO TÉCNICO ORÇAMENTÁRIO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO


DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA

EDITAL


A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA NOTIFICA os servidores **MARCOS ROGERIO GARCIA PEREIRA**; **ANTONIO CARLOS MAGNANITA CASTRO**; **ANDRÉ LUIZ JUAN DE OLIVEIRA**; **JORGE ITAGIBA SILVA DA SILVEIRA** e **ERNESTO DE AMORIM OLIVEIRA** a comparecerem à Secretaria de Estado de Turismo, Rua Uruguaiana, nº 118, 4º andar, Centro/Rio de Janeiro/RJ, a fim de prestarem declarações referentes ao Processo nº E-05/003/153/2017.

A CEPERJ quer compartilhar com você. Venha curtir.

 www.facebook.com/fundceperj/

Há mais de 50 anos, a Fundação CEPERJ é referência como a Escola de Governo do Estado do RJ, promotora de concursos e difusora de pesquisa e conhecimento. Agora, queremos ficar mais próximos da sociedade e, principalmente, de você, servidor.

Está no ar a nossa nova fanpage no Facebook. Venha curtir e siga de perto o que a CEPERJ tem a oferecer. Afinal, compartilhar conhecimento com você, servidor, é o mais importante para a gente.

 **CEPERJ**

Fundação CEPERJ
Secretaria de Estado de Turismo, Rua Uruguaiana, nº 118, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ

**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO
AVISO**

A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, designados pela Portaria INEA/PRES nº 747 de 30 de novembro de 2017, do Instituto Estadual do Ambiente-INEA torna público que fará realizar o pregão abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRASCOS PARA AMOSTRAGEM.
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Unitário.
DATA DE INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 15/08/2018, às 09:00 horas.
DATA LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 29/08/2018, às 13:45 horas.
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 29/08/2018, às 13:50 horas.
DATA E HORA DO PREGÃO: 29/08/2018, às 14:00 horas.
PORTAL: www.compras.rj.gov.br
NÚMERO DA LICITAÇÃO NO PORTAL: 21897.

AQUISIÇÃO: O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 02 (dois) resmas de papel A4, na Avenida Venezuela, 110 - Sala 404 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ - no horário de 10:00 às 12:00 e de 14:00 às 16:00 de segunda a sexta-feira.

INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter informações sobre o Edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430.

Id: 2125670

**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO
AVISO**

A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, designados pela Portaria INEA/PRES nº 747 de 30 de novembro de 2017, do Instituto Estadual do Ambiente-INEA torna público que fará realizar o pregão abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2018
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE FRUTAS E VERDURAS UTILIZADAS PELO CENTRO DE PRIMATOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (CENPRIMEA) NA ALIMENTAÇÃO DE PRIMATAS.
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Unitário Por Lote.
DATA DE INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 15/08/2018, às 09:00 horas.
DATA LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 29/08/2018, às 10:45 horas.
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 29/08/2018, às 10:50 horas.

DATA E HORA DO PREGÃO: 29/08/2018, às 11:00 horas.
PORTAL: www.compras.rj.gov.br
NÚMERO DA LICITAÇÃO NO PORTAL: 21894.
AQUISIÇÃO: O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 02 (dois) resmas de papel A4, na Avenida Venezuela, 110 - Sala 404 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ - no horário de 10:00 às 12:00 e de 14:00 às 16:00 de segunda a sexta-feira.

INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter informações sobre o Edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430.

Id: 2125671

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 028/2018 (DH).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FETRAPOR.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE PARA OS EMPREGADOS DA CEDAE.

PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 11.768.320,71 (onze milhões, setecentos e sessenta e oito mil trezentos e vinte reais e setenta e um centavos).

DATA DE ASSINATURA: 06/08/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.609/2017 (Inexigibilidade de Licitação nº 001/2018 - DH -).

Id: 2125525

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo nº 022/2018 de reconhecimento de dívida.
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a EMPRESA BRASILEIRA DE SOLDAS ELÉTRICAS S/A - EBSE.

OBJETO: RECONHECER a existência de dívida por parte da CEDAE em favor da EBSE S/A.
PRAZO: O pagamento será efetuado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da apresentação da nota fiscal.

VALOR TOTAL: R\$ 60.932,40 (sessenta mil novecentos e trinta e dois reais e quarenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 06/08/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.603/2014.

Id: 2125522

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 022/2018 (DH).

PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a ELÉTRIC CONSULTORIA E SERVIÇOS SOCIEDADE SIMPLES - EPP.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do serviço.

PRAZO: 90 (noventa) dias.

VALOR: Sem alteração do valor contratado.

DATA DA ASSINATURA: 07/08/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.031/2014 (Tomada de Preços nº 101/2017).

Id: 2125523

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 06 ao Contrato CEDAE nº 101/2015 (DT).

PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a CONSTRUTORA ELEVACÃO LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo das obras.

PRAZO: 150 (cento e cinquenta) dias.

VALOR: Sem alteração do valor contratado.

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-07/100.209/2017 (CN nº 009/2014).

Id: 2125524

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES
AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 358/2018 - ASI-OP.

OBJETO: PERMISSÃO DE USO PRECÁRIO DE MÁQUINAS DE AUTOSERVÍCIO DE BEBIDAS QUENTES.

DATA DA ETAPA DE LANCES: 28/08/2018 - HORÁRIO: 11 horas.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 10,50.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal

de Compras Caixa no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2125598

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES
AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN nº 201/2018
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 02 (DOIS) ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA PARA PATROCÍNIO, SEM EXCLUSIVIDADE, DE PROCESSOS JUDICIAIS DE NATUREZA CÍVEL EM TRÂMITE NAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA, VARAS CÍVEIS, VARAS EMPRESARIAIS DA JUSTIÇA ESTADUAL, BEM COMO AS DA JUSTIÇA FEDERAL QUE TEM A CEDAE COMO PARTE.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que se encontra à disposição dos interessados, no endereço eletrônico www.cedae.com.br/licitacao ou na Av. Presidente Vargas, nº 2.655/Térreo, Cidade Nova - RJ, a Errata nº 01, com as alterações processadas no edital da licitação em epígrafe.

Id: 2125521

**Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento**
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO S.A.**
EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Distrato ao Termo de Permissão Remunerada de Uso nº 567/2013. **PARTE:** Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - CEASA-RJ e AGRDANTAS COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA. **OBJETO:** Resilição do Termo de Permissão Remunerada de Uso nº 567/2013, com fundamento no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, c/c o art. 8, inciso IV, da Lei nº 6.482/2013. **VIGÊNCIA:** O termo de distrato operará seus efeitos, a partir de sua assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 09/08/2018. **PROCESSO Nº E-06/002/1150/2013.**

Id: 2125585

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Terceiro Termo Aditivo de Contrato nº 101/2015. **PARTE:** FIPERJ e MAC ID COMERCIO SERVIÇOS E TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de contínuos de locação de impressoras.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 54.900,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos reais).

FUNDAMENTO: Processo nº E-06/004/113/2015.

DATA DA ASSINATURA: 07 de agosto 2018.

*Omitido no D.O. de 08/08/2018.

Id: 2125568

Você fala conosco por aqui!



Canal aberto para o cidadão fazer reclamações, críticas, sugestões, elogios e pedidos de orientação

0800 025 3231
ouvidoria@tce.rj.gov.br
www.tce.rj.gov.br

